



CÂMARA MUNICIPAL DE
PALMITAL
ESTADO DE SÃO PAULO

REQUERIMENTO Nº 110, DE 11 DE AGOSTO DE 2015.

(Dos Vereadores Francisco de Souza (Caninha), Homero Marques Filho, Marcos Antonio Rett Sebrían (Marquinho Tortinho), Claudir Valentin Fadel e Éderson Alves dos Santos)

PROTOCOLADO

PROCESSO Nº 419 /2015

CM-PALMITAL 11 /08 /2015

Requeremos a Excelentíssima Senhora **Adriana Polisini - DD. Presidente da Câmara Municipal de Palmital**, nos termos do Art. 56-F e seguintes, do Regimento Interno desta Casa de Leis, a constituição de uma **Comissão Especial de Inquérito - CEI**, razões pelas quais passamos a **EXPOR** o quanto segue:

I - DO FATO.

Há tempos comenta-se, pelos bastidores da Prefeitura e Câmara Municipal, que a Prefeitura Municipal de Palmital se encontra inadimplente perante a Autarquia "Serviço de Assistência à Saúde de Palmital - SAS", no que tange as suas obrigações como parte empregadora, como também tem se apropriado indevidamente de valores referentes aos repasses das contribuições que são efetuadas mensalmente e, das despesas médico-hospitalares realizadas, os quais são descontados nas folhas de pagamentos (hollerites) dos contribuintes desta Autarquia, em conformidade com o que dispõe os Artigos 36 e 44, da Lei Complementar nº 13/94, Lei de Criação da referida Autarquia.

A fim de apurar se, realmente, tal irregularidade estaria acontecendo, nós, **Vereadores Francisco de Souza, Claudir Valentin Fadel e Marcos Antonio Rett Sebrían**, apresentamos junto à Câmara Municipal de Palmital requerimentos solicitando informações diversas acerca das finanças desta Autarquia, mas, como de praxe, os requerimentos não foram respondidos a contento.

Ato contínuo, em data de 30 de julho de 2015, foi publicado no Semanário Oficial do Município que a Prefeitura Municipal de Palmital firmou acordo com a Autarquia "Serviço de Assistência à Saúde - SAS" para



CÂMARA MUNICIPAL DE
PALMITAL
ESTADO DE SÃO PAULO

pagamento de uma dívida no valor de R\$ 3.331.234,16 (três milhões, trezentos e trinta e um mil, duzentos e trinta e quatro reais e dezesseis centavos), ato que, independente de quaisquer circunstâncias, causou-nos muita estranheza.

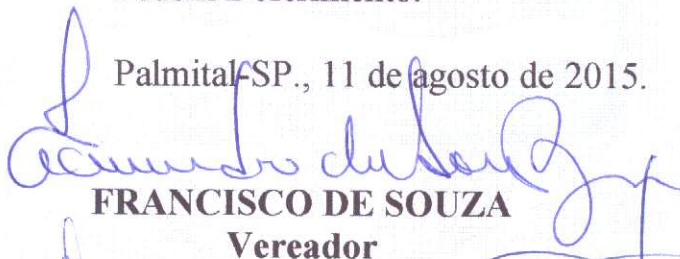
II - DO PEDIDO.

Diante da exposição do fato **REQUEREMOS** a Vossa Excelência, seja constituída uma **Comissão Especial de Inquérito - CEI** com a finalidade de proceder as investigações necessárias acerca da legalidade do **“TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS”** firmado entre a Prefeitura Municipal de Palmital e a Autarquia “Serviço de Assistência à Saúde - SAS” no valor de R\$ 3.331.234,16 (três milhões, trezentos e trinta e um mil, duzentos e trinta e quatro reais e dezesseis centavos), no qual consta como devedor a Prefeitura Municipal de Palmital, como também de eventual apropriação indevida de valores praticada pela Prefeitura Municipal de Palmital, o que, em tese, caracteriza ato de Improbidade Administrativa, bem como crime de Apropriação Indébita.

Para tanto informamos que o número de membros que integrará a **Comissão Especial de Inquérito - CEI**, assim como o prazo para funcionamento, observarão o estabelecido no Art. 56-F, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Termos em que,
Pedem Deferimento.

Palmital-SP., 11 de agosto de 2015.


FRANCISCO DE SOUZA
Vereador


HOMERO MARQUES FILHO
Vereador


MARCOS ANTONIO RETT SEBRIAN
Vereador


CLAUDIR VALENTIN FADEL
Vereador


ÉDERSON ALVES DOS SANTOS
Vereador